



## TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para os serviços de **ENGENHARIA PARA A APLICAÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA – PRÉ MISTURA A QUENTE – CBUQ para serviços de (PAVIMENTAÇÃO e RECAPEAMENTO)**, para atender as necessidades de aplicação nos diferentes logradouros do município de Nova Friburgo, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	<b>Secretaria de Obras</b>
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Tomada de Preços, Lei 8.666/93;
1.4	<b>Período dos serviços:</b>	180 (centro e oitenta dias) corridos – 06 meses;
1.5	<b>Período do contrato:</b>	365 (trezentos e sessenta dias) corridos – 12 meses;
1.6	<b>Tipo:</b>	Menor preço global nos termos da Lei nº. 8.666/93;

### 2. DO SERVIÇO

2.1 A empresa contratada deverá prestar os serviços de **ENGENHARIA PARA A APLICAÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA – PRÉ MISTURADA CBUQ – CONCRETO USINADO A QUENTE PARA ("PAVIMENTAÇÃO e RECAPEAMENTO")**, para atender as necessidades dos diferentes distritos do município de Nova Friburgo.

2.2 A tabela abaixo demonstra o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens/etapas a serem cumpridas, para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	(CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIAL DE ENGENHARIA PARA A APLICAÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA – PRÉ-MISTURADA “CBUQ” – CONCRETO USINADO A QUENTE A SER APLICADO EM PAVIMENTAÇÕES E NO RECAPEAMENTO NAS VIAS MUNICIPAIS).	M³	7.344,00

### 3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Necessária se faz a contratação de sociedade empresária especializada para a execução dos serviços de aplicação de massa asfáltica CBUQ objetivando a manutenção (conservação/recuperação) das vias públicas, bem como novas implantação de pavimentações nos diferentes bairros do município de Nova Friburgo. Com desgaste natural decorrente do



uso, agravado sobremaneira pelas fortes chuvas, demanda a manutenção periódica das vias públicas, com o propósito não apenas de permitir a melhor trafegabilidade, mas principalmente de garantir maior segurança no trânsito, com a mitigação dos riscos de acidentes.

**3.2** Pela parceria entre a Prefeitura de Nova Friburgo representada pela Secretária de Obras e o Governo do Estado representado pelo departamento do DER-RJ, para o fornecimento de insumos (Agregados e Cap), necessários a produção da massa de asfalto a quente, para que possamos produzir a massa asfáltica em nossa usina. Diante dessa oportunidade, se faz necessário a contratação de empresa especializada na aplicação desses quantitativos conforme o plano de trabalho ( $\text{Área } 146.880,00\text{m}^2 \times 0,05\text{cm espessura} = 7.344,00\text{m}^3$ , conforme informado na memória de cálculo da planilha orçamentária item 04.01, a serem aplicados em diversas ruas do município.

**3.3** Diante dessa grande quantidade de insumos, que irá nos proporcionar condições de restauração e o recapeamento em diversas vias públicas que se encontra em estado de conservação muito precário.

**3.4** Importante destacar, também, que a contratação abará apenas a execução dos serviços de aplicação de massa asfáltica CBUQ, voltada às tarefas denominadas de “recapamento e pavimentação asfáltica”, haja vista que o material (massa asfáltica) será processado pela municipalidade, sendo, portanto, a contratação restrita à correta e eficiente aplicação, com exceção dos serviços constantes nos itens: 04.02-Pintura de Ligação; 04.03-Imprimação de base e 04.09 - Sinalização horizontal. Pois nesses serviços a **contratada**, deverá disponibilizar além dos equipamentos, os insumos pertinentes a cada serviço.

**3.5** As estimativas correspondentes foram estão discriminadas em planilha (ver anexo 01), conforme levantamento.

**3.6** Registre-se que estimamos receber o quantitativo de insumos objeto do Convênio entabulado com o DER-RJ, mas também podemos recebê-los de outras fontes (outros convênios firmados, inclusive por outras Secretarias), pelo que poderão ocorrer alterações nos quantitativos e em relação às ruas onde serão implementados os serviços, a depender do montante de insumos que forem conseguidos junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro no Convênio ora apresentado, em outros Convênios, ou até mesmo adquiridos no exercício que vem pelo próprio Município.

**3.7** Considerando que não dispomos, neste momento, dos insumos para usinagem do asfalto a quente, a execução dos serviços a serem contratados poderá oscilar à medida que formos recebendo os mesmos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, ou mediante outros Convênios ou ainda mediante aquisição pelo próprio Município, o que motivará a utilização de empenhamento da despesa na modalidade de estimativo. A execução dos serviços ocorrerá atrelada à disponibilidade dos insumos.



## 4. CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO E PRAZO DE VIGÊNCIA

**4.1 Cronograma físico-financeiro:** 180 (cento e oitenta) dias corridos, iniciados a partir da Ordem de Início dos Serviços (prazo de execução).

**4.2 Prazo de Vigência Contratual:** 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato, para eventuais intercorrências e pendências financeiras, podendo ser renovado por igual período e/ou prorrogado.

## 5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**5.1** Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

**5.2** Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

**5.3** A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## 6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**6.1** As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	<b>Elemento de Despesa:</b>	<b>3390–39–24.</b>
5.1.2	<b>Fonte de Recurso:</b>	<b>00, 01, 17, 19 e 20.</b>
5.1.2	<b>Programa de Trabalho:</b>	<b>10001.1545100082252.</b>



6.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

**Prefeitura Municipal de Nova Friburgo**  
**CNPJ: 28.606.630/0001-23**  
**ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA**  
**FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001**

## **7. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**Artigo 43 – A licitação será processada e julgada com a observância dos seguintes procedimentos:**

*V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;*

*§3º - É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.*

**Artigo 44 – No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos em Lei.**

*§3º - Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.*

**Na execução contratual deverá ser observada a NOTA TÉCNICA Nº 07/2014 –SEA-Ministério Público Federal, com o entendimento abaixo:**

Ainda que a proposta seja exequível na forma do disposto no artigo 48, não serão admitidas alterações contratuais com fulcro no artigo 65 incisos “a” e “b”, manejados através DA SUPRESSÃO dos itens com valor unitário simbólico ou irrisório, e conseqüente ACRÉSCIMO de itens cotados de forma regular ou mesmo a inclusão de NOVOS ITENS não



previstos inicialmente.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as exigências deste **Termo de Referência**, as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**8.2** Os materiais de pavimentação referente à preparação massa asfáltica, serão disponibilizados pela PMNF, conforme disponibilidade.

**8.3** Os pagamentos em favor da contratada serão realizados de acordo com as medições apresentadas mensalmente à Fiscalização e posteriormente à Secretaria requisitante. As medições levarão em conta o quantitativo do material aplicado pela contratada, em metro cúbico (m<sup>3</sup>).

**8.4** Na ocasião do início dos serviços, a contratada receberá da Fiscalização, com antecedência de 48 horas, a relação dos locais dos serviços a serem executados.

**8.5** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços realizados, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços e, ainda:

**9.2** Os serviços deverão ser executados atendendo às normas técnicas vigentes e as recomendações técnicas de reparação de pavimentos, previstas no manual de Conservação Rodoviária do **D.N.I.T.** (Especificações: **D.N.I.T.** - 031/2.006, **D.N.I.T.** - 153/2.010 e **D.N.I.T.** 145/2.010) seguindo a seguinte metodologia:

9.2.2. Preparo da superfície da área das intervenções, inclusive com a varrição das bordas e remoção dos detritos (pó, terra, pedras, lama, água, etc.);

9.2.3. Execução de pintura de ligação com emulsão nas intervenções a serem recapeadas;

9.2.4. Execução de imprimação com emulsão nas intervenções nas novas;

9.2.5. Aplicação de concreto asfáltico;

9.2.6. Remoção do material proveniente dos serviços da fresagem, que consiste no corte de uma ou mais camadas do revestimento asfáltico por meio de fresas rotativas de fresagem, bem como o excedente de entulho oriundo da pavimentação em concreto asfáltico;



9.2.7. Os resíduos oriundos dos serviços de limpeza e da deverão ser recolhidos e retirados imediatamente após a conclusão dos trabalhos, não podendo permanecer no local após o a completa execução do serviço;

9.2.8. A remessa, a descarga e o transporte e a disposição final dos resíduos deverá ser efetuada pela Contratada e a descarga em local aprovado e licenciado pela contratada;

9.2.9. Demais métodos executivos pertinentes, aplicáveis aos leitos carroçáveis, previstos nas normas técnicas em vigor à época da execução dos serviços.

9.3. Os pagamentos em favor da contratada serão realizados de acordo com as medições apresentadas mensalmente. As medições levarão em conta o quantitativo do material aplicado pela contratada, em metro cúbico (m<sup>3</sup>).

9.4. Para o atendimento da(s) Ordem(ns) de Serviço a contratada deverá retirar o material no local indicado pela contratante:

#### USINA DE ASFALTO

**Alto da Chácara do Paraíso, no Km 2,0 da RJ-150 (Estrada de Amparo) Nova Friburgo – RJ**

**Tel: (22) 2521-9789**

9.5. A Contratada deverá disponibilizar equipamentos, veículos, ferramentas e o que mais se fizer necessário para a execução integral dos serviços, devendo os equipamentos, combustível, veículos e ferramentas estarem em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção, obrigando-se a Contratada a substituir aqueles que não atenderem às exigências.

9.6. Para efeito das contratações, considera-se frente de trabalho a estrutura a ser disponibilizada pela detentora na quantidade necessária à aplicação do material asfáltico em condição compatível com a presente especificação técnica.

9.7. Fica a critério da detentora a utilização de equipamentos e mão de obra adicional, visando à otimização dos serviços.

9.8. Os veículos/equipamentos deverão atender as normas exigidas pela legislação de trânsito.

9.9. Durante toda execução do objeto contratado os **caminhões deverão ter no máximo 10 (dez) anos de fabricação.**

9.10. Todos os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão ter seus respectivos **Certificados de Registro de Veículos – CRV expedidos e válidos**, conforme legislação em vigor.



- 9.11. No caso de ocorrência de apreensão de algum veículo/equipamento, as despesas de retirada, guincho e outras correrão por conta da contratada.
- 9.12. Os veículos deverão conter nas portas, adesivo ou pintura com o nome da contratada e um número de telefone para eventuais reclamações.
- 9.13. Os Caminhões deverão conter, em ambos os lados da carroceria, placas nas dimensões de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura por 0,60m (sessenta centímetros) de altura, com o **BRASÃO da PMNF** no canto esquerdo, bem assim com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA P.M.N.F. – CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTOS, SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO;**
- 9.14. A empresa vencedora do certame ficará obrigada a apresentar cópia dos documentos dos caminhões/equipamentos, que **deverão ter no máximo 10 (dez) anos de fabricação**, o qual deverá ser entregue no prazo máximo de 05(dias) dias a contar da data da assinatura do contrato.
- 9.15. Além das condições previstas neste Edital, será verificada em vistoria realizada pelo Fiscal do Contrato a isenção de avarias e defeitos graves aparentes na cabine, falta de lanternas de sinalização e sinalizadores, bem como adaptações inadequadas que afetem as características dos veículos/equipamentos.
- 9.16. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.
- 9.17. A Contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização.
- 9.18. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina; luva de raspa; respirador semi-facial descartável; bandeirola; protetor solar; protetor auditivo e os demais previstos nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

## **10. PRODUTIVIDADE**

- 10.1 . A produtividade mensal estimada é de 1.224m<sup>3</sup>/mês (mil duzentos e vinte e quatro metros cúbicos), salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas pelo





engenheiro fiscal. Os pagamentos em favor da contratada serão realizados de acordo com as medições apresentadas mensalmente à Fiscalização. As medições levarão em conta o quantitativo do material aplicado pela contratada, em metro cúbico (m<sup>3</sup>).

## **11 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

- 11.1 Os serviços deverão ser executados dentro da boa técnica, em conformidade com as normas de reparação de pavimentos constantes no Manual de Manutenção Rodoviário do **D.N.I.T.**, especialmente no tocante à preparação do local objeto de intervenção, nivelamento e compactação da mistura asfáltica aplicada, limpeza do local e sinalização de segurança.
- 11.2 Para cada frente de trabalho, os serviços diários deverão obrigatoriamente seguir programação a ser estabelecida pela unidade contratante.
- 11.3 A programação deverá prever o trajeto a ser observado, mediante as providências a serem tomadas pela contratada.
- 11.4 A programação diária do trabalho será fornecida à contratada no dia anterior à execução dos serviços ou na ocasião da liberação dos veículos na usina de asfalto, com a mesma antecedência.
- 11.5 A programação diária somente poderá ser alterada para atendimento de serviços supervenientes prioritários, desde que devidamente justificado no relatório diário de serviços.
- 11.6 Na impossibilidade de execução da programação de trabalho determinada pela contratante, caberá ao engenheiro fiscal analisar a situação descrita pela contratada, bem como designar, se for o caso, outro local de trabalho.
- 11.7 A liberação dos serviços será feita por preposto da PMNF, indicado pela autoridade responsável da Unidade contratante.
- 11.8 Liberado o carregamento, os veículos de carga deverão apresentar-se no local indicado pela fiscalização, para execução dos serviços.
- 11.9 Deverá ser preenchida a Ficha de Produção Diária, conforme modelo em anexo, para fins de registro e gerenciamento dos trabalhos executados.
- 11.10 Deverão ser apresentadas, no mínimo, três fotos do local de cada intervenção, durante as seguintes fases do serviço: 1ª: inicial antes de qualquer intervenção, 2ª: após a preparação do local, antes da colocação da pintura de ligação e, 3ª: final com a execução completa; devem ser capturadas e devidamente enviadas à fiscalização da obra.





## 12 DA LIQUIDAÇÃO

12.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

## 13 DO PAGAMENTO

13.1 Os pagamentos em favor da contratada serão realizados de acordo com as medições apresentadas mensalmente à Fiscalização e posteriormente a Secretaria requisitante. As medições levarão em conta o quantitativo do material aplicado pela contratada, em metro cúbico (m³).

13.2 Caberá à contratada realizar a execução dos serviços em fiel cumprimento às Ordens de Serviço (OS), sendo certo que as medições deverão estar acompanhadas, obrigatoriamente, de relatório fotográfico com a comparação **ANTES – DEPOIS**, bem como contendo a especificação do quantitativo de material aplicado em cada via pública, com a indicação de sua denominação, trecho (numeração, quando existir) e bairro.

13.3 Quando da apresentação das medições, deverá ser observado o Decreto Municipal nº. 238/2018 – art. 12, bem como a manutenção da regularidade fiscal ao longo do contrato.

13.4 Na última parcela será retido o percentual de 10% do valor da fatura, até que se comprove toda regularidade fiscal e trabalhista.

13.5 O valor acima será liberado após comprovação da contratada do cumprimento de todas as obrigações **trabalhistas e previdenciárias**

13.6 O valor retido será devolvido após confirmada a comprovação acima.

13.7 Caso seja necessário readequar o cronograma físico-financeiro o percentual de 10% deverá ser mantido na última medição.

13.8 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;



- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

13.9 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

13.10 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **14 MEDIDAS ACAUTELADORAS**

14.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **15 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **16 DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

16.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

<b>NOME</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>GESTOR / FISCAL</b>
<b>José Roberto Vieira Magalhães</b>	<b>199.481</b>	<b>Gestor titular</b>
<b>Nicolas Alves Viegas</b>	<b>62.380</b>	<b>Gestor substituto</b>
<b>Jeferson Pires Aragão</b>	<b>62.039</b>	<b>Fiscal titular</b>
<b>Matheus Barcelos Pessanha Marcedo</b>	<b>62.379</b>	<b>Fiscal substituto</b>

16.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à



regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 16.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
- 16.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;
- 16.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 17.1 A produção poderá ser aumentada ou reduzida, conforme as necessidades, a critério da Administração e, quando for o caso, com expressa concordância da Fiscalização que será realizada pela Secretaria Municipal de Obras. A empresa vencedora do certame aceitará, nas mesmas condições e preços, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste termo de referência.
- 17.2 Os serviços do objeto deverão ser vistoriados diariamente pelo Engenheiro Fiscal da unidade contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.
- 17.3 Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.



- 17.4 O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas neste anexo acarretará a aplicação de sanções à contratada, de acordo com o estabelecido no edital.
- 17.5 Os documentos relativos aos serviços diários deverão ser reunidos em ordem crescente de dia da semana e encaminhados à fiscalização da unidade contratante até o segundo dia útil da semana seguinte à trabalhada.
- 17.6 A Contratada é responsável por manter o Livro de Ordem devidamente preenchido e atualizado.
- 17.7 Compete à contratada manter segunda via de todos os documentos e relatórios já mencionados como necessário ao controle de fornecimento e aplicação, devendo as unidades contratantes manter registros de controle para acompanhamento da execução contratual.
- 17.8 A HOMOLOGAÇÃO da licitação somente se dará a partir do efetivo recebimento, pelo Município de Nova Friburgo, dos insumos asfálticos que permitirão dar início às obras de aplicação da massa asfáltica, sendo certo que os serviços serão executados conforme disponibilidade dos respectivos insumos.

## **18 DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO**

- 18.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

## **19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 19.1 A inexecução parcial ou total, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados na Tabela 2 abaixo, verificado o nexo casual devido à ação ou omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação em vigente e nesse contrato, observando-se o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir;

- **Advertência;**
- **Multa;**



- **Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo;**
- **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.**

19.2 Será aplicada a sanção de **ADVERTÊNCIA**, nas seguintes condições, dentre outras que possam causar prejuízo à PMNF:

19.2.1. Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana;

19.2.2. Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela 2 abaixo;

19.2.3. A qualquer tempo, se constatado atraso, injustificado, na obra de até 15% (quinze por cento) comparando-se o que foi efetivamente executado pela empresa e o cronograma físico-financeiro apresentado e aprovado pela fiscalização.

19.3. Será aplicada **MULTA**, nas seguintes condições;

19.3.1. Caso haja a inexecução parcial do objeto será aplicada multa de até 1% (um por cento) sobre o saldo contratual ou R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

19.3.2. Além das multas previstas no item 19.1e subitens, poderão ser aplicadas multas, conforme previsto no item 19.1, segundo grau e eventos descritos nas tabelas 1 e 2 abaixo.

**TABELA 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 500,00
3	R\$ 700,00
4	R\$ 900,00
5	R\$ 5.000,00
6	R\$ 10.000,00



**TABELA 2**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir a presença de empregados sem uniforme e EPI.(por empregado e por ocorrência)	<b>1</b>
2	Manter funcionário sem qualificação (por empregado e por dia)	<b>1</b>
3	Executar serviço incompleto, utilizar paliativos em caráter permanente, não providenciar as recomposições (por ocorrência)	<b>2</b>
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito,os serviços contratados.(por dia e por serviço suspenso)	<b>3</b>
5	Permitir situação que crie ou possibilite a ocorrência de dano físico ou material aos funcionários e/ou a terceiros (por ocorrência)	<b>3</b>
6	Adiar o início da execução de serviços determinados (por ocorrência)	<b>3</b>
7	Idem se for identificada má-fé na busca por reajustes contratuais	<b>5</b>
8	Manter funcionário sem carteira assinada (por ocorrência)	<b>5</b>
9	Induzir a fiscalização a erro ( por ocorrência)	<b>6</b>
	<b>Para os itens seguintes, deixar de:</b>	
1	Apresentar a ART dos profissionais no prazo solicitado (15 dias )	<b>1</b>
2	Apresentar os documentos do adimplemento no prazo (10 dias)	<b>2</b>
3	Fornecer o EPI e registrar a obrigatoriedade de uso (por ocorrência)	<b>5</b>
4	Apresentar a fiscalização pedido formal de subcontratação (por ocorrência)	<b>5</b>
5	Manter engenheiro como responsável técnico (por ocorrência)	<b>5</b>
6	Efetuar o pagamento dos funcionários com todos os benefícios (por ocorrência)	<b>5</b>
7	Apresentar o pedido de prorrogação de prazo e ou aditivos de valores de forma intempestiva. (por ocorrência)	<b>6</b>
8	Efetuar os pagamentos devidos aos subcontratados (por ocorrência)	<b>6</b>

19.3.3. O somatório de todas as multas aplicadas ao longo da execução contratual não poderá exceder o percentual de 20% sobre o valor total do contrato. Superado este limite, a Administração poderá declarar a **inexecução total** do contrato.



**19.3.4. Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a PMNF.**

19.3.5. A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a PMNF, de que trata o inciso III art.º 87 da Lei 8666/93, poderá ser aplicada à CONTRATADA, por culpa ou dolo, por até 2(dois) anos, no caso de **inexecução parcial do objeto**, conforme previsto no item 19.3.1 desta cláusula.

19.3.6. O CONTRATO poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração.

19.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública:

19.4.1. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art 87 da Lei 8666/93, poderá ser aplicada dentre outros casos quando:

- a) Possuir condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Praticar atos ilícitos, visando frustrar a licitação;
- c) Apresentação à PMNF, de documento falso ou falsificado no todo ou em parte com o objetivo de participar de licitação ou para comprovar a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- d) Inexecução total do objeto, O CONTRATO será rescindido unilateralmente pela Administração.

## **20. DA SUBCONTRATAÇÃO**

20.3. Não será admitida a subcontratação do objeto

## **21. DA RESCISÃO**

21.3. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

21.4. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

21.4.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a fiscalização;





21.4.2. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

## **22. OBSERVAÇÕES**

22.1. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a PMNF e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de multa.

22.2. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao Contratado.

22.2.1. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o Contratado obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 dias, contados da comunicação oficial.

## **23. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

23.1. Registros: Certidões de registro do licitante no conselho regional de engenharia e agronomia (CREA), que habilite a empresa nos ramos de engenharia civil com validade para o presente exercício. Caso a licitante seja de outro estado da federação, será necessário o visto do CREA-RJ, quando da assinatura do contrato.

23.2. Qualificação Técnico-Profissional: Prova de possuir, no seu quadro permanente, na data da licitação ao menos um profissional de nível superior detentor de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto da Licitação. Relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maiores relevância técnicas, a saber:

**Item 02.01** – Corte mecânico com máquina fresadora em concreto asfáltico, com ou sem interferências.

**Item 04.01** - Concreto asfáltico, usinado a quente, considerando apenas o espalhamento com vibro acabadora convencional e compactação mecânica.

**Item 04.02** – Pintura de ligação de acordo com as instruções para execução do DER-RJ



**Item 04.03** – Imprimação de base de pavimentação de acordo com as instruções para execução do DER-RJ

23.3. Vínculo Profissional: A comprovação de que o(s) detentor(es) do(s) referido(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica é(são) vinculado(s) à licitante deverá ser feita através de cópia de seu registro de empregado, da(s) certidão(ões) de Registro do CREA, do(s) contrato(s) particular(s) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado ou através de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o(s) profissional(ais) qualificado(s). Em se tratando de sócio da empresa, o Contrato Social do licitante comprovará o vínculo. O profissional indicado será apresentado à fiscalização no momento do início das obras, podendo ser substituído por outro com as mesmas qualificações técnicas profissionais exigidas na forma acima.

23.4. Qualificação Técnico-Operacional: Para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional da empresa, deverá ser apresentado atestado firmado por órgão público ou por empresa privada, e registrado no CREA, comprovando haver a empresa licitante executado serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à da presente licitação, cujas parcelas de maior relevância, para habilitação das empresas participante. Não serão exigidos quantitativos. “as parcelas de maior relevância não poderão ser subcontratadas” (redação alterada por determinação TCE-RJ Processo no. 827.715-9/2016), a saber:

**Item 02.01** – Corte mecânico com máquina fresadora em concreto asfáltico.

**Item 04.01** - Concreto asfáltico, usinado a quente, considerando apenas o espalhamento com vibro acabadora convencional e compactação mecânica.

**Item 04.02** – Pintura de ligação de acordo com as para execução do DER-RJ.

**Item 04.03** - Imprimação de base de pavimentação de acordo com as instruções para execução do DER-RJ.

**EM TODAS AS SANÇÕES APLICADAS, OBSERVAR-SE-Á O PRINCÍPIO  
DO CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA, EM PROCESSO**

**ADMINISTRATIVO AUTÔNOMO.**



## 24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.3. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo proponente deverá ser apresentada juntamente com a planilha de custos nos moldes da planilha orçamentária referência da Administração.
- 24.4. Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de desta **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**.

Nova Friburgo/RJ, 18 de junho de 2021.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> <b>José Roberto Vieira Magalhães</b> Matr.: 199.481	<hr/> <b>Gilberto Ferreira Ferro</b> Matr.: 100.546

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**.

Ciente, de acordo:

**BERNARDO COELHO VERLY**

Secretário Municipal de Obras

Matrícula nº. 62.009